

POLITICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO: ANALISE DO PNAE NO MUNICIPIO DE RIACHÃO DO JACUIPE – BA

Autor: Maycon A. O. Carneiro Coautor: Bruno Marques: Universidade Federal
do Recôncavo da Bahia

alissomaycon@gmail.com bruno_marques21@hotmail.com

GT 5 Sociedade civil e políticas públicas

Resumo

Este projeto trará uma apresentação das conclusões feitas em uma pesquisa sobre políticas públicas e desenvolvimento socioeconômico na cidade de Riachão do Jacuípe - Bahia. A pesquisa voltada para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que fomenta a participação dos Agricultores Familiares nos processos de produção no campo e escoamento dos produtos agrícolas. O PNAE atua na minimização dos impactos causados por fatores limitantes na produção e comercialização, conferindo aos produtores a possibilidade de garantia de renda e a ampliação das condições de permanência no campo, ao mesmo tempo em que valoriza a dinâmica de acolhimento nas escolas públicas através da oferta de uma alimentação de melhor qualidade para os estudantes e, também, mobiliza a distribuição de renda em nível local. Para além disso, essa pesquisa irá apresentar as principais dificuldades desses pequenos agricultores para o acesso a tal política e a reflexão sobre a execução da lei 11.947/2009.

Introdução

A pesquisa realizada com alguns agricultores no Município de Riachão do Jacuípe possui caráter exploratório, pois a mesma é um embrião de um futuro projeto de pesquisa que está sendo elaborado e direcionado para um estudo macro e mais aprofundado quanto aos níveis dos vetores de informações do Programa no Município. A mesma permitiu um panorama da realidade dos agricultores que se mostra muito além do que se imagina para sociedade em meio ao século XXI, quando comparamos ao que se tem visto como proposta de governo. A negação das necessidades básicas em algumas comunidades do Município – água, energia, saúde, escola - cria a primeira barreira para se pensar em acessar políticas públicas complementares, pois os agricultores concentram atenção, tempo e forças na luta contra as problemáticas mais essenciais de manutenção e sobrevivência, tornando-se inviável no momento a concentração em políticas secundárias.

A realidade atual da agricultura familiar no Brasil foi construída em um contexto marcado por exploração e degradação dos “pequenos” produtores, desde as colônias, época marcada por suas particularidades como, os escravos e os grandes latifúndios, aos tempos mais recentes com a suposta “modernização” da agricultura. Modernização essa, que se deu de forma parcial e incompleta. Com isso, percebe-se que os agricultores familiares nasceram e se reproduziram, por várias décadas, em meios às mazelas impostas pelos grandes latifundiários e o descaso do governo de cada época, uma vez que os mesmos não tinham acesso a terra e viviam em extrema precariedade nos interiores das grandes propriedades privados de benefícios econômicos, sociais, políticos, etc.

Em consequência dessa modernização, há um aumento da precarização da situação dos agricultores, acelerando-se o processo migratório dos campos para os grandes centros urbanos, principalmente nos Estados do Nordeste, que parte da população migrava de forma mais intensa para o Sul do país. Contudo, a partir das décadas de 80 e 90, com o fortalecimento das lutas dos movimentos sociais pelos camponeses, ganha força a

discussão sobre o processo de mudança e construção de uma nova realidade para os agricultores familiares baseada em um contexto de inserção socioeconômica dos mesmos. É nesse cenário de lutas e pressões dos movimentos sociais que surge as primeiras políticas para a agricultura familiar, tendo como marco, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, tornando-se um grande aliado para revitalização da agricultura e no processo de reestruturação socioeconômico dos agricultores.

No entanto, essa política não contempla integralmente as necessidades dos agricultores, sendo que os mesmos são estimulados a produzir, mas não conseguem comercializar a contento seus produtos. Visando minimizar essa problemática, o governo instituiu a Lei 11.974/2009, que determina que Municípios, Estados, e o Distrito Federal utilizem 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE na aquisição dos produtos oriundos dos agricultores familiares, aumentando o leque de oportunidades com a proposta de inseri-los em outro programa, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. A preocupação em promover o crescimento econômico do país refletiu diretamente na qualidade de vida da sociedade, imaginava-se que promovendo-o, repercutiria de maneira positiva nas diversas camadas sociais. Entretanto, a estratégia utilizada pelo governo se deu de maneira parcial, visto que, para se obter o desenvolvimento completo, são necessários outros complementos. A qualidade de vida segundo Veiga (apud Sen, 2001), está na liberdade de escolhas, e como se pode observar isso não ocorreu e não ocorre até os dias atuais, os agricultores são forçados a sair de seus círculos por falta de oportunidade para a sua permanência e manutenção de suas raízes, ou seja, não existem opções de escolhas para os agricultores da região na pesquisadas ou em qualquer outra com realidades semelhantes.

Inicialmente o texto busca uma discussão teórica para fundamentar e apoiar a análise das informações colhidas no campo. A presente pesquisa possui um caráter exploratório, qualitativa, tendo como alicerce e foco, os depoimentos de alguns agricultores entrevistados. O texto está estruturado em cinco tópicos, a saber: primeiro, é traçado um breve contexto da agricultura familiar. Em seguida, apresenta-se uma incursão geral sobre políticas públicas, com destaque para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. O terceiro tópico tenta abranger o impacto das políticas públicas no desenvolvimento local. Após essa explanação teórica, o tópico seguinte traz a discussão da pesquisa em si. Por fim, traçamos uma reflexão sobre a distância entre a concepção do programa e a sua implantação de fato.

Breve contexto sobre Agricultura Familiar

Para compreendermos a atual situação em que se encontra a agricultura familiar na Bahia, é importante mesmo que de forma modesta perpassar um pouco sobre a origem da agricultura familiar no Brasil. Apoiando-se em discussões de autores como Hugues Lamarche e Jalcione Almeida que apontam como uma das possíveis causas das mazelas vivenciada hoje pelos agricultores familiares do Brasil o modo de como se sucedeu a implantação da agricultura, que veio por meio da colonização e séculos mais tarde com a suposta “modernização” da agricultura brasileira como citam os autores.

A agricultura familiar foi profundamente marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileira, com suas três grandes características: a grande propriedade, as monoculturas de exportação e a escravatura. Na esteira das monoculturas, situam-se os ciclos econômicos sucessivos que correspondem à evolução do mercado internacional. A fragilidade e a dependência social e políticas dos produtores do campo são reforçadas em toda parte por mentalidades forjadas pelas antigas relações do tipo senhor/escravo. (Lamarche, 1997, p.179).

Complementando e reforçando as palavras de Lamarche, partindo para tempos mais recentes Almeida traz que,

[...] à modernização agrícola levada a cabo pelas políticas estatais foi o incentivo às exportações agroindustriais por meio do crédito subsidiado. Tal crédito cresceu exponencialmente a partir da década de 1970 e representou a fonte principal de recursos para a compra de insumos e máquinas agrícolas. Com acesso facilitado ao crédito, os produtores puderam beneficiar-se com as novas tecnologias criadas nos países de capitalismo avançado, como as sementes híbridas e os novos defensivos agrícolas, tornando-se partícipes daquilo que se convencionou chamar de Revolução Verde. É verdade que tal disponibilidade de recursos seguiu a lógica da concentração, pois caiu nas mãos de um pequeno número de grandes proprietários reproduzindo e acirrando a dinâmica de conflito no campo. (Almeida, 2011, p.21).

Percebe-se que os agricultores familiares nasceram e se reproduziram, por varias décadas, em meios às mazelas impostas pelos grandes latifundiários e o descaso do governo de cada época, uma vez que os mesmos não tinham acesso a terra e viviam em extrema

precariedade nos interiores das grandes propriedades privados de benefícios econômicos, sociais, políticos, etc. Outro fator preponderante na precariedade dos mesmos como mostra, foi o incentivo de créditos direcionado aos grandes latifundiários para incentivar a “modernização” da agricultura e conseqüentemente, a geração de mais capital. A partir daí, a degradação dos agricultores familiares acentuou-se, pois o trabalho humano já não era tão necessário com a introdução de máquinas e produtos que agilizavam os processos desempenhados pelos trabalhadores em meio aos campos deixando-os sem outras alternativas de trabalho para sobrevivência. Partindo desse ponto, percebe-se que foi uma modernização parcial e incompleta da agricultura no país e mais uma política instituída verticalmente.

Com essa transformação no cenário agrícola os agricultores que viviam nos interiores e nas proximidades dos grandes latifúndios que dependiam desse trabalho para sua sobrevivência e permanência, são obrigados a migrarem para os centros urbanos - e no caso do nordeste, grande parte dessa evasão ocorre para o sul - intensificando o inchaço populacional urbano e a marginalização dessa população. Tais políticas davam prioridades ao crescimento econômico, onde se entendia que o desenvolvimento do país era medido de acordo a sua ordem econômica, sendo que, quanto mais rico fosse o país, mais desenvolvido ele era. Porém, ressalva Furtado apud Oliveira (2002) “desenvolvimento é, basicamente, aumento de fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade” (Oliveira, 2002, p.39)

Os efeitos negativos dessas transformações acentuaram-se de maneira significativa para os agricultores familiares do Nordeste (NE), um modelo de desenvolvimento seletivo, conservador e excludente aliada aos problemas já existentes à situação dos “pequenos” produtores, contribuíram ainda mais em termos de precariedade na vida dos agricultores. Uma região em que os atores viviam em situações críticas devido à existência de problemas estruturais como: clima e fatores socioeconômicos que eram intrínsecos à vida desses produtores, tiveram de enfrentar mais essas adversidades ancoradas com o processo parcial de modernização da agricultura.

Com o fortalecimento das lutas dos movimentos sociais pelos camponeses nas últimas décadas, ganha força a discussão sobre o processo de mudança e construção de uma nova realidade para os agricultores familiares baseada em um contexto de inserção

socioeconômica dos mesmos. A união desses atores busca estratégias para inserir os agricultores nas discussões das políticas públicas do governo, como cita Altafin

As ações empreendidas por esse conjunto de organizações sociais demonstravam que não se comprovou a hipótese de que o desenvolvimento capitalista no campo levaria ao desaparecimento de camponeses, caipiras, pequenos produtores, integrados, colonos, assentados e demais formas familiares de produção rural, que persistiam e apresentavam novas estratégias produtivas e organizativas. Com diferentes orientações, esses grupos organizados pressionam o Estado por políticas que os inclua no processo de desenvolvimento do País, colocando suas reivindicações na pauta de prioridade do governo. Dessa forma, na década de 1990 observamos a reinserção da reforma agrária na agenda política, resultando na criação de diversos projetos de assentamentos, e a criação do PRONAF, representando a primeira política federal de abrangência nacional voltada exclusivamente para a produção familiar. (Altafin, 2007 pag. 16).

Os dados coletados pelo Censo Agropecuário 2006 revelam a importância de uma política de reestruturação e intensificação das políticas para agricultura familiar. A ampliação e desburocratização das linhas de créditos e financiamentos assim, como a discussão sobre propostas de programas com ênfase na redistribuição de terras compreenderá dois alicerces fundamentais que tem como propósito as políticas para agricultura familiar: a inserção dos agricultores no mercado e a permanência no campo. Os dados do Censo 2006 provaram que são rentáveis em todas as instâncias os produtos oriundos da agricultura familiar. No Brasil existem 4.859.864 de empreendimentos rurais, desses, 85,17% são empreendimentos familiares e ocupam apenas 30,49% da área total dos empreendimentos, os mesmos usam 25,3% dos recursos destinados à agricultura e são responsáveis por 37,87% do Valor Bruto da Produção Agropecuária do País, provando que a dinâmica das políticas para os agricultores familiares não são de caráter apenas de permanência, existe um retorno significativo para o Estado em outros aspectos, principalmente econômico.

Políticas Públicas: aplicação e abrangência

Não cabe no presente artigo uma explanação de grande abrangência sobre a definição de Políticas Públicas, no entanto, é impossível tratar de tal tema sem trazer para os leitores uma simplória noção do que são as Políticas Públicas e como estão sendo debatidas no Brasil. Nesse universo vasto que é o campo das discussões das Ciências Sociais, vários autores, cada um com sua percepção, apresentam diversos conceitos sobre as Políticas Públicas:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.³ A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (Souza, 2006, pag. 24)

Pode-se observar que essas definições partem de um pressuposto vertical, onde não se encontram a participação da população nas tomadas de decisões, tornando-as para os dias atuais, no âmbito de uma política mais “democrática” e “participativa” da população no Estado brasileiro, algo, parcialmente fora da realidade do que se entende como políticas públicas hoje. Por exemplo, abertura para a participação da população em discussões como no âmbito dos territórios, para construção de políticas baseadas nas realidades de cada localidade. Para substanciar o que foi dito acima, utilizando as palavras de Fialho (apud Salama e Destremau, 2001, p.18): “(...) finos conhecedores da pobreza *no papel* são incapazes de compreendê-las na vida cotidiana e, chamados à responsabilidade, seja nas organizações internacionais ou nos governos, preconizam políticas no mínimo inadequadas.” É preciso a participação da população em todos os espaços na formulação das políticas públicas, mas principalmente nos espaços que discutem melhoras em prol dos “pequenos” produtores, onde a precariedade e carência de políticas de inserção socioeconômica predominam, pois os “grandes” produtores já estão bem representados nos espaços em que mais lhes interessam, como é ilustrado por depoimento colhido por Fialho 2010 sobre a importância dessa inserção.

Nós não podemos ser unicamente beneficiários de políticas públicas, mas nós devemos ajudar a formular políticas públicas, ajudar aos ministérios (...). Pela capacidade de articulação e pela capacidade de estar presente em várias regiões, nós temos condições e competência de interpretar o que está acontecendo nas regiões. E nossa pretensão é que, ao invés de esperar que os editais ou que as políticas sejam formuladas no âmbito dos ministérios, a gente participe junto com essas pessoas que organizam isso, dentro dos ministérios (...). É inverter um pouco a flecha, não esperar que ela desça para poder apropriar (...).

Desde a década de 80 as lutas dos camponeses vêm conseguindo paulatinamente conquistas que estão contribuindo de maneira significativa na vida desses “pequenos” produtores. O marco considerado a grande conquista das últimas décadas, como Política Pública para o rural, especificamente para a agricultura familiar, foi à instituição do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF na década de 90, o qual propõe um leque de melhoras em todas as instâncias no campo do desenvolvimento rural no âmbito dos “pequenos” produtores. O Pronaf,

é entendido como um programa de crédito à produção e ao investimento com foco na agricultura familiar e nos assentados da reforma agrária, o que o define como um típico programa de fomento produtivo a uma larga porção de agricultores que não encontra mecanismos de mercado em iguais condições de oportunidades. (Gasques apud, Bonavides 2005 p. 145).

Outras políticas de apoio aos agricultores familiares foram criadas e vem complementar o Pronaf, pois, o acesso ao crédito nem sempre é a solução de todo o problema. Analisando algumas políticas públicas com perspectiva de incentivo aos agricultores familiares, nos deparamos com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, na qual se propõem em realizar parte de suas compras de produtos oriundo dos agricultores familiares, expondo-se como uma forma de fomento e escoamento a produção, no entanto, é necessário que haja um forte empenho na execução da política, sendo a mesma aplicada com forme a Lei 11.947/2009. Essa política tem como prioridade ser mais uma opção para o escoamento dos produtos dos agricultores e como contrapartida refletir na qualidade da merenda escolar.

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

No entanto, percebe-se que ainda existe uma grande deficiência no alcance universal dessa política, partindo a análise do pressuposto que as políticas são criadas para a inserção de todos os que possuem o perfil que os adéquam as mesmas para o acesso. As relações socioeconômicas passam por constantes e ininterruptas mudanças e variam nas mais diferentes particularidades de cada grupo. Essas particularidades são os eixos para a elaboração das políticas públicas de cada realidade, no entanto, adverso ao programa, o que

se pode visualizar na região objeto da presente pesquisa, é nítida a pouca relevância dos impactos do PNAE diante dos agricultores.

Caracterização de Desenvolvimento

A discussão sobre o conceito de desenvolvimento vem de muito tempo em meio a distorções. Existem vários teóricos que estudam esse modelo e vem acrescentando incrementos e elementos para agregar e qualificar essa teoria. Essa discussão começou a se acirrar partir de 1941 com as dificuldades encontradas por diversos países, decorrido pelo início da segunda maior guerra ocorrida no mundo. Junto com várias dificuldades, durante e pós-guerra, sentiram a necessidade em conjunto de criar alternativas para superar os fatos decorridos como, desemprego dentre outros. (OLIVEIRA 2002).

Na esteira dessa discussão, surge da ONU para contribuir com a qualidade de vida e manutenção, sendo que utilizando a cooperação entre vários países e regiões para promover os avanços econômicos e Sociais. Quem traz essa discussão sobre a criação da ONU e sua conjuntura é, Oliveira (2002):

Cabe lembrar que foi em São Francisco, nesse mesmo ano, a criação oficial da Organização das Nações Unidas (ONU), composta inicialmente por 51 países cuja finalidade primava pela manutenção e melhoramento dos níveis de qualidade de vida, ou seja, tinha como propósito contribuir para a elevação dos níveis de desenvolvimento em todos os sentidos do termo. Desde sua criação, a ONU está empenhada em: promover o crescimento e melhorar a qualidade de vida dentro de uma liberdade maior; utilizar as instituições internacionais para promoção do avanço econômico e social; conseguir cooperação internacional necessária para resolver os problemas internacionais de ordem econômica, social, cultural ou de caráter humanitário; e promover e estimular o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais de toda a população do globo, sem distinção de raça, credo, sexo, idioma ou cor.

O principal conceito de Desenvolvimento apenas pensava em Crescimento Econômico para uma qualidade de vida. Quando pensado dessa forma, deve-se analisar se realmente esse crescimento econômico está sendo distribuído para a população de forma justa, sendo que o crescimento por si só, não gera o desenvolvimento, ele é apenas um incremento para se chegar ao que se conhece hoje, por desenvolvimento.

Mas com o passar do tempo percebeu-se que o desenvolvimento abrange outras dimensões, como enfatiza OLIVEIRA (2002):

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

É necessário enxergar que uma conjuntura ideal para discutir e planejar o desenvolvimento, agregando vários outros fatores que não só o econômico, e a partir daí pôr em prática projetos e propor métodos para o alcance de uma melhor qualidade de vida da população. Sendo assim, deve-se analisar a questão da sustentabilidade partindo de um modelo de produção, a qual se faz necessário pensar uma forma de produzir sem gerar para as próximas gerações um desgaste irrecuperável dos recursos naturais. Sachs tem como modelo uma teoria de Desenvolvimento Sustentável, onde para se chegar é necessários cinco elementos essenciais que contribui para esse modelo de desenvolvimento, dando novas vertentes.

- a) sustentabilidade social – visando à distribuição de renda e de bens (oportunidades) com propósitos de reduzir o abismo entre ricos e pobres;
- b) sustentabilidade econômica – a eficiência econômica avaliada em termos macrossociais, não em termos microeconômicos ou empresariais;
- c) sustentabilidade ecológica – chamada por Vieira (1995 e 1998) e outros autores de “prudência ecológica”, pressupõe novas e criativas formas de intervenção do indivíduo humano na natureza com níveis mínimos de abuso ou parasitismo. Há de se lembrar de que não se trata da não utilização ou apropriação dos recursos naturais, mas de formas menos abusivas tanto em termos econômicos quanto socioambientais;
- d) sustentabilidade espacial – equilíbrio rural-urbano. Evitar os impactos negativos da hiperurbanização (BERGAMASCO, SALLES e NORDER, 1995), priorizando novas formas de civilização, baseadas no uso sustentável de recursos renováveis não apenas possível, mas essencial;
- e) sustentabilidade cultural – que é a dimensão capaz de respeitar e estimular as diferenças, os valores e saberes locais de cada população. Por meio desta dimensão estratégica é possível intensificar o diálogo franco entre as partes para, a partir deste, elaborar e operacionalizar as possíveis políticas de desenvolvimento. Realizadas estas etapas, é possível falar em paradigma “desde baixo” ou em ecodesenvolvimento”. (Sachs apud Oliveira 2002. P.32).

A industrialização foi colocada como eixo principal fonte de geração de renda e de desenvolvimento para os países subdesenvolvidos, uma estratégia dos países chamados de desenvolvidos ou centrais, a exemplo Estados Unidos, Inglaterra e Itália, fazendo com que outros países passassem a depender de sua potência econômica no sentido de exportação das suas matérias primas. O Brasil na condição de país dependente a política industrial não alcançou o desenvolvimento para a maioria da população, pois, com a implantação de indústrias ocorreu uma redução na qualidade de vida, principalmente dos grandes centros, como diz Cano 1985 p.39 apud Oliveira, 2002: “a qualidade de vida baixou consideravelmente: ganharam mais indústrias e mais empregos, mas também ganharam mais filas de transporte, menos água, escolas e hospitais (...) e muito mais favelas”. Essas mazelas abateram-se, mormente nas classes sociais de menor poder aquisitivo.

Outro problema que se caracterizou é a falta de preocupação do Estado com os pequenos e médios agricultores. As políticas macroeconômicas visavam apenas a potencialização das indústrias e agroindústrias, incentivando o fomento de novas tecnologias para um aceleramento de produção, não somente com máquinas e também, insumos geneticamente melhorados e a utilização de agrotóxicos. Dessa forma os pequenos produtores foram excluídos do processo desenvolvimentista, causando o êxodo rural.

A pesquisa

A pesquisa teve lugar no município de Riachão do Jacuipe, cidade localizada no semiárido baiano a 187 km da capital baiana com uma área da unidade territorial 1.190,196 km², com um PIB per Capita de R\$ 5.365,94 para uma população de 35.322 habitantes, sendo que a população residente na zona rural é de 13.312 pessoas, cerca de 37,6% do total populacional.. (IBGE, 2014).

Em sendo uma entrevista de caráter exploratório, o número de entrevistas foi limitado. Foram realizadas 10 entrevistas com agricultores e lideranças de movimentos sociais. Não teve êxito a tentativa de contatos com os representantes da prefeitura municipal, órgão oficial responsável pela execução da política.

Dos depoimentos colhidos, percebe-se que os agricultores não encontram estímulos para inserir-se em novas políticas como o PNAE, visto que suas necessidades primárias – água e energia, por exemplo - ainda não foram garantidas pelo Estado. Os agricultores da região com muito sacrifício conseguem produzir para subsistência, não sobrando excedente para

comercialização. Além disso, existem fatores adversos que ampliam a magnitude do problema que essas pessoas já enfrentam, como as longas estiagens da região que os obrigam a pensar no imediato, passando despercebidas as políticas públicas institucionalizadas pelo governo com fins desenvolvimentistas e que dependem de cumprir certas exigências legais, complexas para essa camada populacional.

Outra dificuldade levantada nos depoimentos, é a falta de políticas que estimulem a produção. Esse é um dos grandes problemas encontrados na região, pois, mesmo que os agricultores da comunidade, tivessem acesso ao crédito, seria inviável a produção por falta de uma assistência técnica qualificada que a política do Município não contempla, segundo suas falas.

Na procura de ampliar a visão dos pesquisadores, foram realizadas algumas entrevistas dentro da feira livre no centro da cidade, onde se pode constatar que os produtos oferecidos para comercialização, são comprados nas cidades vizinhas de maior porte, adquiridos em centros de abastecimentos. Essa forma, demonstra a baixa produção dos agricultores do município, conforme já alegado anteriormente, ao tempo em que descaracteriza a cultura dos agricultores trazendo seus produtos da roça para a cidade. Produtos esses, geralmente produzidos por familiares e vizinhos, gerando renda necessária para a compra dos produtos que não são encontrados na comunidade em que residem. Percebe-se que vai se esvaindo paulatinamente as culturas dos sertanejos, de modo em geral e os mesmos já não encontram soluções para seus problemas mais simples.

De acordo os depoimentos dos agricultores, também pode se perceber que as manobras utilizadas pelo Estado de levar informações para o acesso às políticas públicas e assistência técnicas são escassas e áridas. Evidencia-se o descaso com parte da Comunidade que ainda não possui preparado para se apossar das informações que interessam aos mesmos.

Segundo uma das entrevistadas quando questionado sobre o PNAE, respondeu que: “já ouviu por rádio e televisão”, evidenciando que há fortes falhas na implementação do programa, por parte dos órgãos oficiais.

Outro fato que chama a atenção é a ausência de jovens na comunidade. Segundo depoimentos, a principal de fonte renda é a aposentadoria, reforçando a ausência dos jovens no campo, algo muito comum em regiões com perfis estruturais e socioeconômicos semelhantes. Durante a entrevista em meio ao cenário que se explorava não era possível

cruzar os olhos com a presença dos jovens de maneira alguma, não se encontrava nos interiores das residências tão pouco nas lavouras.

Vale registrar um fato curioso: ao final da entrevista se percebeu uma inquietação entre os agricultores em conhecer a política abordada, tal inquietação expandiu-se a ponto de surgir um convite dos agricultores para uma breve apresentação do PNAE, por parte dos entrevistadores. O convite leva a uma reflexão que existe um interesse da Comunidade em conhecer o programa, atualizando-se e disposta a buscar através das novas informações aumentar seu leque de possibilidades e escolhas, tornando-os mais organizados e ciente de suas potencialidades endógenas capazes de auxiliar em seu desenvolvimento.

O modo com que as políticas vêm sendo aplicadas nos dias atuais, apesar de existir uma participação mais efetiva das Comunidades, ainda se mostra ineficiente no termo universalidade, quando se parte do viés, que os mais vulneráveis teriam certas prioridades. Nota-se que a política permanece sendo executada de maneira seletiva, vertical e parcial.

Conclusão

Todas essas questões que foram citadas, levam a conclusão que as políticas devem ser revistas e olhar de fato para as especificidades de cada comunidade. E nessa perspectiva, constatou-se que as políticas públicas não estão refletindo os seus propósitos em meio aos agricultores entrevistados. As mesmas continuam sendo pensadas de maneira equivocada, pois não se adéquam as particularidades de cada comunidade permanecendo as características de uma política tendenciosa e de caráter seletivo. É notório a ausência de representantes da comunidade e principalmente de agentes do Estado na implementação de políticas como essa, para que haja maior efetividade da política.

É necessário supri a deficiência encontrada com a ausência do representante da comunidade que faz a ponte das políticas. A partir dessa demanda, aumenta a responsabilidade dos atores do Estado no auxílio para articulação entre comunidade e políticas públicas para seu desenvolvimento. A desatenção com os instrumentos de comunicação entre Estado e comunidade está refletindo de forma relevante na situação dos agricultores, levando em consideração que a falta de conhecimento agrava ainda mais a situação dos mesmos. É vital que haja um maior empenho e comprometimento da prefeitura para a execução do programa, atender as necessidades de toda a comunidade do

município e proporciona ao menos um conhecimento dos direitos, oferecendo a liberdade de escolha entre acessar ou não o programa.

A cultura sertaneja está se extinguindo pois, jovens já não há mais, e a cada idoso que morre, pela falta do sucessor no sertão, a cultura do sertanejo vai morrendo junto. A permanência do sertanejo no campo está para além da preocupação com a produção agrícola – não que não seja necessário, lógico que é de suma relevância para sua sobrevivência - mas existe toda uma estrutura que entrelaça a relação desse povo com o semiárido, a preservação de sua identidade. Esta deve estar à frente das exigências do capitalismo. Construir uma das culturas mais belas do nosso país, em uma região considerada inóspita por muitos, não é comum e muito menos tão simples. Segundo Albuquerque Jr, “o homem e a mulher do sertão nordestino são de uma capacidade e tenacidade demonstradas nos enfrentamentos às diversidades climáticas e nas lutas que travavam contra a subjugação e a exclusão.” (Couqueiro, pag.12 apud Albuquerque).

Referências

- ALMEIDA, Jacione (Org.). *A modernização da agricultura*. Porto Alegre: **Ufrgs**, 2011. 94 p.
- ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar 2007 (Brochura de circulação restrita).
- BONAVIDES, Fundação Paulo. *Microcrédito e desenvolvimento regional*: Instituto para o desenvolvimento de estudos econômicos, sociais e política públicas. Fortaleza: Premius, 2011. 384 p.
- CHACON, Suely. S.; BURSZTYN, M. . *Análise das políticas públicas para o sertão semi-árido: promoção do desenvolvimento sustentável ou fortalecimento da pobreza?*. In: VI Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 2005, Brasília-DF. **VI Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**. Brasília-DF: ECO-ECO, 2005
- COUQUEIRO, J. R. *O Semiárido Brasileiro: lugar de vida do/a camponês/a*. **Entrelaçando**: Revista Eletrônica de Culturas e Educação, v. 1, p. 47-60, 2012.
- FIALHO, Marcos Antônio Verardi. *Interfaces entre desenvolvimento rural, políticas públicas e atores sociais para o desenvolvimento territorial*. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Campo Grande, v. 48, p.1-21, jul. 2010.
- OLIVEIRA, Gilson Batista de. *Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento*. **Rev. Fae**, Curitiba, v. 5, n. 2, p.37-48, maio/agosto 2002.
- OLIVEIRA, Gilson Batista de; LIMA, José Edmilson de Souza. *Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável*. **Rev. Fae**, Curitiba, v.6, n.2, p.29-37, maio/dez. 2003
- ORTEGA, A. C. *Territórios Deprimidos. Os desafios das políticas de desenvolvimento rural*. 1. ed. Campinas - SP/Uberlândia-MG: Editora Alínea/Edufu, 2008. v. 1. 245p.

Portal IBGE em:
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=292630&search=bahia|riachao-do-jacuipe|infograficos:-informacoes-completas> Acesso em: 2 de maio de 2015

Portal MDA. *Programa Nacional de Alimento Escolar*. Disponível em:
<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-ali/sobre-o-programa> Acesso em 30 de abril de 2015

Portal planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm Acessado em 18 Março de 2015

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, p.20-45, jul. 2006.

TIJIWA, Hughes Lamarche/ Tradução: Angela Maria Naoko. *A agricultura familiar: comparação internacional*. 2. ed. Campinas Sp: **Editora da Unicamp**, 1997. 336 p.

VEIGA, José Eli da. *O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento*. **Estud. av.**, Dez 2001, vol.15, no.43, p.101-119. ISSN 0103-4014